No. 49589*

Argentina and Angola

Agreement between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Republic of Angola on the abolition of visas for holders of diplomatic and official passports. Luanda, 5 March 2012

Entry into force: 5 March 2012 by signature, in accordance with article 10

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Argentina, 16 May 2012

No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.

Argentine et Angola

Accord entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République d'Angola relatif à la suppression de visas pour les titulaires de passeports diplomatiques et officiels. Luanda, 5 mars 2012

Entrée en vigueur : 5 mars 2012 par signature, conformément à l'article 10

Textes authentiques: portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies: Argentine, 16 mai 2012

Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes réproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA E

O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA SOBRE SUPRESSÃO DE VISTOS EM PASAPORTES DIPLOMÁTICOS OU DE SERVICOS.

O Governo da República Argentina e o Governo da República de Angola, doravante designados "Partes";

Desejando promover o desenvolvimento de relações amistosas e de cooperação entre os dois países;

Considerando ser do interesse das Partes estimular, consolidar e fortalecer a cooperação em matéria de circulação de pessoas e assegurar o interesse comum dessa atividade:

Convencidos da necessidade de se promover e facilitar a circulação dos nacionais, titulares de passaportes diplomáticos ou de serviço, nos territórios de ambas as Partes, no respeito da legislação vigente em cada um deles;

Acordam o seguinte:

Artigo 1°

Os nacionais da Republica da Argentina que sejam titulares de passaporte diplomático ou de serviço válido e os nacionais da República de Angola que sejam titulares de passaporte diplomático ou de serviço válido podem viajar para o território nacional da outra Parte sem necessidade de visto, transitar ou permanecer no país por um período não superior a noventa (90) dias.

Artigo 2°

- 1. Os nacionais de cada uma das Partes, titulares de passaportes referidos no artigo 1°, nomeados para prestarem serviço nas Missões diplomáticas ou consulares de uma das Partes no território da outra Parte e os membros das suas famílias, titulares de passaporte diplomático ou de serviço valido, podem entrar naquele território sem visto, transitar ou permanecer durante o período da sua acreditação.
- 2. Para os fins constantes do parágrafo anterior, cada Parte deve informar a outra das referidas nomeações por meio de notificação efetuada através dos canais diplomáticos no prazo de trinta (30) dias a contar da data da entrada daquelas pessoas no território da outra Parte.

Artigo 3°

A isenção de vistos para os nacionais das Partes, que sejam titulares de passaporte Angolano diplomático ou de serviço, ou de passaporte Argentino diplomático ou de

serviço não exclui a obrigação de vistos de trabalho, de estudo ou para permanência superior a noventa (90) dias.

Artigo 4º

- 1. As Partes trocarão entre si espécimes de categorias de passaportes diplomáticos ou de serviço em uso, trinta (30) dias após a assinatura do presente Acordo.
- 2. No caso de uma Parte introduzir alterações nas categorias de passaportes enunciados no Artigo 1º devera enviar a outra Parte espécimes dos novospassaportes, ate sessenta (60) dias antes da sua entrada em circulação.

Artigo 5°

Os nacionais das Partes a quem se aplica o presente Acordo, devem entrar e sair do território de uma e da outra Parte, unicamente através dos postos de fronteira estabelecidos de acordo com as leis e regulamentos da Parte hospedeira.

Artigo 6°

- 1. O presente Acordo não afetará o direito de cada Parte proibir ou limitar o período de estadia do nacional de outra Parte, titular de passaporte diplomático, ou de serviço considerado "persona non grata" ou pessoa indesejável.
- 2. São aplicáveis aos nacionais de ambas as Partes, titulares de passaporte diplomático ou de serviço, as obrigações decorrentes da Lei e demais disposições internas da outra Parte que não sejam contrárias ao presente Acordo.
- 3. Qualquer Parte poderá suspender, total ou parcialmente a implementação do presente Acordo, por razões de ordem pública, segurança nacional, saúde pública ou relações internacionais, devendo tal suspensão e o levantamento da mesma, ser imediatamente notificados a outra Parte através de canais diplomáticos.
- 4. As disposições do presente Acordo não afetarão os direitos e as obrigações das Partes, derivadas de outros Tratados internacionais em que ambas sejam Partes.

Artigo 7°

Cada Parte reserva-se o direito de recusar a entrada ou estadia aos nacionais titulares dos passaportes referidos no Artigo 1º da outra Parte, nos termos, das suas disposições internas.

Artigo 8°

O presente Acordo poderá ser emendado por mutuo consentimento das Partes, por meio de troca de notas, através dos canais diplomáticos. Tais emendas entrarão em vigor nos termos do artigo 10°, n°l, do presente Acordo.

Artigo 9°

Qualquer diferendo que emergir da interpretação ou aplicação do presente Acordo será resolvido amigavelmente através de consultas e negociações diretas entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 10°

- O presente Acordo entra em vigor na data da assinatura e será válido até ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do presente Acordo por ambas as Partes.
- 2. O presente Acordo é válido por um período de 5 anos, automática e sucessivamente renováveis por iguais períodos de tempo, salvo se uma das Partes notificar a outra Parte o contrario por escrito e através dos canais diplomáticos.
- 3. Cada Parte poderá denunciar o presente Acordo, através da notificação escrita por vias dos canais diplomáticos. A denuncia tornar-se-á efetiva noventa (90) dias apos a data da recepção da ultima notificação da outra Parte.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os Plenipotenciários, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Luanda, aos 5 de Março de 2012, em dois originais, em línguas espanhola e portuguesa, sendo ambos autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA [SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA

EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE ANGOLA SOBRE SUPRESIÓN DE VISAS PARA TITULARES DE PASAPORTES DIPLOMÁTICOS U OFICIALES

El Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República de Angola, en adelante las "Partes";

Deseosos de promover el desarrollo de relaciones de amistad y cooperación entre ambos países;

Considerando que resulta de interés para las Partes estimular, consolidar y fortalecer la cooperación en materia de circulación de personas, así como asegurar el interés común de esa actividad y

Convencidos de la necesidad de promover y facilitar la circulación de sus nacionales titulares de pasaportes diplomáticos u oficiales en los territorios de ambas Partes, de conformidad con las legislación vigente en cada una de ellas;

Han acordado lo siguiente:

Artículo 1

Los nacionales de la República Argentina y de la República de Angola que sean titulares de pasaportes diplomáticos u oficiales válidos podrán viajar al territorio nacional de la otra Parte sin necesidad de visas, así como transitar o permanecer en dicho territorio por un período que no exceda los noventa (90) días.

Artículo 2

- 1. Los nacionales de cada Parte, titulares de los pasaportes mencionados en el artículo 1, que sean designados para prestar servicios en las misiones diplomáticas o consulares de una de las Partes dentro del territorio de la otra Parte, así como los miembros de sus familias que sean titulares de pasaportes diplomáticos u oficiales válidos, podrán ingresar a dicho territorio sin visas y transitar o permanecer en él durante el período de su acreditación.
- A los fines del párrafo anterior, cada Parte deberá a informar a la otra sobre las designaciones referidas mediante notificación cursada por la vía diplomática en el plazo de treinta (30) días contados desde la fecha de ingreso de dichas personas al territorio de la otra Parte.

Artículo 3

La exención de visas para los nacionales de las Partes que sean titulares de pasaportes diplomáticos u oficiales angoleños o argentinos no exime de la obligación de obtener visas de trabajo, de estudio o para permanencias superiores a los noventa (90) días.

Artículo 4

- 1. Las Partes intercambiarán modelos de las categorías de pasaportes diplomáticos u oficiales en uso, treinta (30) días después de la firma del presente Acuerdo.
- 2. En caso de que una de las Partes realice modificaciones a las categorías de pasaportes mencionados en el Artículo 1, ésta deberá enviarle a la otra Parte los modelos de los nuevos pasaportes con una antelación mínima de sesenta (60) días antes del comienzo de su circulación.

Artículo 5

Los nacionales de cada Parte a quienes se aplica el presente Acuerdo deberán ingresar y salir del territorio de la otra Parte únicamente a través de los puestos fronterizos establecidos de conformidad con las leyes y reglamentos de la Parte anfitriona.

Artículo 6

- El presente Acuerdo no afectará el derecho de las Partes de prohibir o limitar el período de estadía de los nacionales de la otra Parte, titulares de pasaportes diplomáticos u oficiales, que sean considerados personas no gratas o personas indeseables.
- Las obligaciones que se desprendan de las leyes y demás disposiciones internas de las Partes y que no sean contrarias al presente Acuerdo serán aplicables a los nacionales de ambas Partes, titulares de pasaportes diplomáticos u oficiales.
- 3. Cualquiera de las Partes podrá suspender, total o parcialmente, la implementación del presente Acuerdo, por razones de orden público, seguridad nacional, salud pública o relaciones internacionales. La suspensión y su levantamiento serán notificados inmediatamente a la otra Parte por la vía diplomática.
- Las disposiciones del presente Acuerdo no afectarán los derechos y obligaciones de las Partes derivados de cualquier otro Tratado internacional del que ambas sean Partes.

Artículo 7

Cada Parte se reserva el derecho a rechazar el ingreso o estadía de los nacionales titulares de los pasaportes mencionados en el Artículo 1 de la otra Parte, de conformidad con los términos de sus disposiciones internas.

Artículo 8

El presente Acuerdo puede ser enmendado por mutuo consentimiento de las Partes, mediante canje de notas a través de la vía diplomática. Dichas enmiendas entrarán en vigor de acuerdo con las disposiciones del Artículo 10, párrafo 1, del presente Acuerdo.

Artículo 9

Cualquier diferencia que surja de la interpretación o aplicación del presente Acuerdo se resolverá amigablemente mediante consultas y negociaciones directas entre las Partes por la vía diplomática.

Artículo 10

- El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá validez hasta el cumplimiento por ambas Partes de todas las obligaciones que de él surjan.
- El presente Acuerdo será válido por un período de 5 años, el cuál se renovará automática y sucesivamente por períodos iguales, salvo que una de las Partes notifique lo contrario a la otra por escrito a través de la vía diplomática.
- Cada Parte podrá denunciar el presente Acuerdo mediante notificación escrita por la vía diplomática. La denuncia se tornará efectiva noventa (90) días después de la fecha de recepción de la notificación.

EN FE DE LO CUAL, los Plenipotenciarios, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, han firmado el presente Acuerdo.

HECHO en Luanda, a los 5 días del mes de marzo de 2012, en dos ejemplares, en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE ANGOLA

/ mummy

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE ARGENTINE REPUBLIC AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF ANGOLA ON THE ABOLITION OF VISAS FOR HOLDERS OF DIPLOMATIC AND OFFICIAL PASSPORTS

The Government of the Argentine Republic and the Government of the Republic of Angola, hereafter referred to as "the Parties",

Desiring to promote the development of the ties of friendship and cooperation between the two countries;

Considering that it is of interest to both Parties to encourage, consolidate and strengthen cooperation with regard to the movement of persons and ensure that such activity takes place in the common interest;

Convinced of the need to promote and to facilitate the movement of their nationals who are holders of diplomatic or official passports in the territories of both Parties, in accordance with the legislation in force in each country;

Have agreed as follows:

Article 1

Nationals of the Argentine Republic and the Republic of Angola who are holders of valid diplomatic or official passports may travel to the national territory of the other Party without a visa and may move within or remain in such territory during a period that shall not exceed 90 days.

Article 2

- 1. Nationals of either Party who are passport holders as described in article 1 and have been appointed to serve in diplomatic or consular missions of a Party within the territory of the other Party and members of their families who hold valid diplomatic or official passports may enter that territory without a visa and move within or remain in such territory during the period of accreditation of the appointees.
- 2. For the purposes of the preceding paragraph, each Party shall inform the other of such appointments by means of a notification transmitted through the diplomatic channel within 30 days following the date of entry of such persons into the territory of the other Party.

Article 3

Exemption of nationals of the Parties who hold Angolan or Argentine diplomatic or official passports from a visa shall not entail exemption from the obligation to obtain visas for work, study or residence longer than 90 days.

Article 4

- 1. The Parties shall exchange models of diplomatic or official passport categories in use, within 30 days after signature of this Agreement.
- 2. If it makes changes to the categories of passports referred to in Article 1, a Party shall transmit to the other Party the models of the new passports at least 60 days before they begin to be issued.

Article 5

Nationals of either Party to whom this Agreement applies shall enter or leave the territory of the other Party solely through the border posts established in accordance with the laws and regulations of the host Party.

Article 6

- 1. This Agreement shall not affect the right of the Parties to prohibit or restrict the length of stay of nationals of the other Party, holders of diplomatic or official passports, who are considered as personae non gratae or undesired persons.
- 2. Obligations arising under the law or other internal regulations of the Parties and not inconsistent with this Agreement shall apply to nationals of both Parties who hold diplomatic or official passports.
- 3. Either Party may suspend the implementation of this Agreement in whole or in part on grounds of public order, national security, public health or international relations. Such suspension and its termination shall be notified immediately to the other Party through the diplomatic channel.
- 4. The provisions of this Agreement shall not affect rights and obligations of the Parties under any other international treaty to which both are parties.

Article 7

Each Party reserves the right to reject the entry or stay of nationals of the other Party who are holders of the passports referred to in article 1, in accordance with the terms of its internal regulations.

Article 8

The Parties may amend this Agreement by mutual consent by means of an exchange of notes through the diplomatic channel. Such amendments shall enter into force in accordance with the provisions of article 10, paragraph 1, of this Agreement.

Article 9

Any dispute arising with regard to the interpretation or implementation in this Agreement shall be settled amicably by means of consultations and direct negotiations between the Parties through the diplomatic channel.

Article 10

- 1. This Agreement shall enter into force on the date of its signature and shall remain in effect until all obligations arising from it have been fulfilled by both Parties.
- 2. This Agreement shall remain in force for a five-year period, automatically renewable for successive periods of the same length, unless either Party notifies the other in writing of the contrary through the diplomatic channel.
- 3. Either Party may terminate this Agreement by means of a written notification through the diplomatic channel. Termination shall take effect 90 days after the date of receipt of such notification.

IN WITNESS WHEREOF, the plenipotentiaries, duly authorized thereto by their respective Governments, have signed this Agreement.

DONE at Luanda, on 5 March 2012, in duplicate, in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Argentine Republic:

HÉCTOR TIMERMAN

For the Government of the Republic of Angola: GEORGES CHILKOTY

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE D'ANGOLA RELATIF À LA SUPPRESSION DE VISAS POUR LES TITULAIRES DE PASSEPORTS DIPLOMATIQUES OU OFFICIELS

Le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République d'Angola, ci-après dénommés les « Parties »;

Désireux de promouvoir le renforcement des relations d'amitié et de coopération qui existent entre les deux États;

Considérant qu'il est de l'intérêt des Parties de stimuler, consolider et renforcer la coopération relative à la circulation des personnes ainsi que d'assurer l'intérêt commun de cette activité et:

Convaincus de la nécessité de promouvoir et de faciliter la circulation de leurs ressortissants titulaires de passeports diplomatiques ou officiels sur les territoires des deux Parties, conformément à la législation en vigueur sur lesdits territoires;

Sont convenus de ce qui suit :

Article 1

Les ressortissants de la République argentine et de la République d'Angola, titulaires de passeports diplomatiques ou officiels valides, peuvent entrer dans le territoire de l'autre Partie sans visa et y transiter ou y séjourner pendant une période n'excédant pas quatre-vingt-dix (90) jours.

Article 2

1. Les ressortissants de chaque Partie, titulaires des passeports mentionnés à l'article 1,

affectés à une mission diplomatique ou à un poste consulaire d'une des Parties sur le territoire de l'autre Partie, de même que les membres de leur famille, titulaires de passeports diplomatiques ou officiels valides, peuvent entrer dans ledit territoire sans visa et y circuler ou y séjourner pendant la durée de leur mission.

2. Aux fins du paragraphe précédent, chaque Partie informe par la voie diplomatique l'autre Partie des nominations dans les trente (30) jours suivant la date d'entrée desdites personnes sur le territoire de la Partie hôte.

Article 3

L'exemption de visa ne dispense pas les ressortissants des Parties, titulaires de passeports diplomatiques ou officiels angolais ou argentins, de l'obligation d'obtenir des

visas étudiants ou de travail, ou des visas pour des séjours d'une durée supérieure à quatre-vingt-dix (90) jours.

Article 4

- 1. Dans les trente (30) jours qui suivent la date de la signature du présent Accord, les Parties s'échangent les spécimens de leurs passeports diplomatiques ou officiels actuels respectifs.
- 2. Au cas où elle modifie les spécimens de passeports mentionnés à l'article 1, l'une des Parties fait parvenir à l'autre Partie les spécimens des nouveaux passeports au moins soixante (60) jours avant leur mise en circulation.

Article 5

Les ressortissants de chaque Partie concernés par le présent Accord ne doivent entrer et sortir du territoire de l'autre Partie qu'en passant par les postes frontières établis conformément aux lois et aux règlements de la Partie hôte.

Article 6

- 1. Le présent Accord ne prive pas les Parties du droit de refuser ou de limiter la durée du séjour des ressortissants de l'autre Partie, titulaires de passeports diplomatiques ou officiels, considérés comme persona non grata ou indésirables.
- 2. Les obligations découlant des lois et autres dispositions internes des Parties et n'étant pas contraires au présent Accord, s'appliquent aux ressortissants des deux Parties, titulaires de passeports diplomatiques ou officiels.
- 3. L'application du présent Accord peut être suspendue, en totalité ou en partie, par l'une ou l'autre des Parties contractantes, pour des raisons d'ordre public, de santé publique, de sécurité nationale ou de relations internationales. La suspension et la levée de cette mesure sont immédiatement notifiées à l'autre Partie, par la voie diplomatique.
- 4. Les dispositions du présent Accord n'affectent en rien les droits et obligations découlant de tout autre accord international dont les Parties sont signataires.

Article 7

Conformément à ses dispositions internes, l'une des Parties se réserve le droit de refuser l'entrée ou le séjour des ressortissants de l'autre Partie titulaires de passeports mentionnés à l'article l

Article 8

Le présent Accord peut être modifié d'un commun accord entre les Parties, par un échange de notes transmises par voie diplomatique. Pareilles modifications entrent en vigueur conformément aux dispositions prévues à l'alinéa 1 de l'article 10 du présent Accord.

Article 9

Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Accord est réglé à l'amiable, par voie de consultation et de négociation directe entre les Parties par la voie diplomatique.

Article 10

- 1. Le présent Accord entre en vigueur à la date de sa signature et est valide jusqu'à ce que les Parties remplissent toutes les obligations qui en découlent.
- 2. Le présent Accord reste en vigueur pour une période de cinq (5) ans et est automatiquement renouvelé pour des périodes égales, à moins que l'une des Parties notifie par écrit, par la voie diplomatique, à l'autre Partie son intention de le résilier.
- 3. L'une des Parties peut dénoncer le présent Accord, moyennant notification écrite adressée à l'autre Partie par la voie diplomatique. La dénonciation prend effet quatrevingt-dix (90) jours après réception de ladite notification.

EN FOI DE QUOI, les plénipotentiaires, dûment autorisés par leur Gouvernement respectif, ont signé le présent Accord.

FAIT à Luanda le cinq mars deux mille douze, en deux exemplaires, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République argentine :

HÉCTOR TIMERMAN

Pour le Gouvernement de la République d'Angola : GEORGES CHILKOTY